

Dívida Pública Consolidada	3.052.865	2.883.678	(5,54)	2.733.111	(5,22)	2.744.542	0,42	2.493.742	(9,14)	2.217.516	(11,08)
Dívida Consolidada Líquida	2.053.604	1.719.574	(16,27)	1.929.801	12,23	2.008.561	4,08	1.808.846	(9,94)	1.578.825	(12,72)

Fonte: SEPOF / DICONF- GEFIS

Nota: Valores constantes a preços de dezembro/2008 - IPCA

A análise da situação fiscal do Estado, tanto pelo fluxo de entrada e saída de recursos, como pela ótica do endividamento, evidencia de forma clara, que o descompasso fiscal ocorrido em 2006, foi apenas conjuntural.

Do lado do ingresso dos recursos, as receitas estaduais continuam apresentando condições favoráveis de crescimento, com destaque para o desempenho das receitas próprias, que têm levado o Estado do Pará a cada exercício, diminuído seu grau de dependência dos recursos transferidos pela União.

Quanto aos gastos públicos, o tesouro estadual vem aprimorando ainda mais o controle e a racionalidade nos dispêndios públicos, procurando executá-los no mesmo nível e tempestividade do ingresso dos recursos. Assim a concatenação desses elementos foi fundamental para que a situação fiscal de 2006 fosse rapidamente revertida em 2007.

Pela ótica da dívida pública, mesmo diante da situação fiscal adversa em 2006, o E

Estado do Pará continuou honrando seus compromissos com as instituições financeiras, não acumulando qualquer resíduo para pagamento futuro, estando entre os estados brasileiros com menor grau de endividamento.

As informações constantes no Demonstrativo III permitem constatar que o resultado de 2006, não será repetido e que o Pará continuará a buscar a manutenção do equilíbrio fiscal de suas finanças.

Prevê-se que no final no período em análise, 2011, ingressarão no tesouro estadual recurso não financeiros na ordem de R\$ 12,432 bilhões, superior em 60,17%, quando ao comparado ao exercício de 2007 e 26,36% em relação ao ano em curso. As despesas não financeiras deverão acompanhar a mesma trajetória, entretanto, em magnitude suficiente para que sejam gerados resultados primários capazes de suportar o pagamento do serviço da dívida pública.

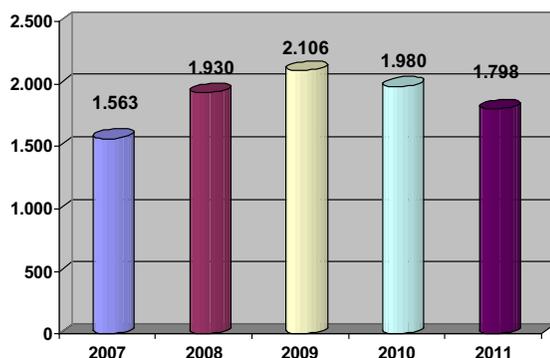
Assim, ao longo do período 2008/2011, o tesouro estadual deverá gerar superávits primários crescente, saindo de R\$ 29,7 milhões em 2008 para R\$ 151,397 milhões em 2011, o que é plenamente factível uma vez que em exercícios anteriores, a exceção apenas de 2006, já foram alcançadas superávits bem superiores a esse montante.

A exigência de resultados primários crescentes nesse período é justificada pela previsão de expressiva captação de recursos de operações de crédito, que entre os exercícios de 2008 e 2011, deverá registrar um montante de R\$ 1,107 bilhão, sendo que cerca de 58,06% desses recursos deverão ingressar no biênio 2008/2009.

O comportamento do fluxo dessas operações de crédito deverá produzir duas diferentes trajetórias para o endividamento público no período 2008 a 2011. A primeira crescente, no biênio 2008/2009, onde se prevê 58,06% do total das operações de crédito ingressarão nesse período; a outra, nos dois anos seguintes, onde a dívida líquida do estado deverá apresentar comportamento declinante, ocasionado pela diminuição do nível de ingressos recursos financiados, como também, já terão terminado o prazo de carência e iniciado as amortizações das operações recebidas no biênio anterior.

Dívida Fiscal Líquida - 2007 a 2011

R\$ milhões

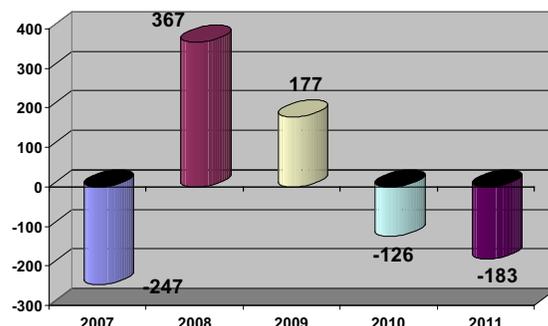


Fonte: 2007 - Balanço Geral do Estado, demais anos, projeção. Essa dinâmica do estoque líquido da dívida é expresso pelo comportamento dos resultados nominais, onde, no período 2008/2009 são registrados resultados positivos, de R\$ 366,7

milhões e R\$ 176,6 milhões, respectivamente, enquanto no biênio seguinte esses resultados já registram valores negativos de R\$ 126 milhões e R\$ 183 milhões.

Resultado Nominal - 2007 a 2011

R\$ milhões



Fonte: 2007 - Balanço Geral do Estado, demais anos, projeção.

ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2009

LR, art.4º, §2º, inciso III	R\$ milhares					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007	%	2006	%	2005	%
Patrimônio/Capital	3.730.158	85,14	3.433.347	93,33	2.770.625	81,93
Reservas	28.272	0,65	28.605	0,78	33.316	0,99
Resultado Acumulado Déficit ou Superávit do Exercício	(80.204)	(1,83)	(80.204)	(2,18)	(80.209)	(2,38)
TOTAL	4.381.067	100,00	3.678.559	100,00	3.381.749	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007	%	2006	%	2005	%
Patrimônio/Capital	(1.150)	(0,85)	(171.450)	14.906,04	62.004	(36,16)
Reservas						
Resultado Acumulado Déficit ou Superávit do Exercício	136.301	100,85	170.299	(14.806,04)	(233.454)	136,16
TOTAL	135.151	100,00	(1.150)	100,00	(171.450)	100,00

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.

A Evolução do Patrimônio Líquido do Governo do Estado vem apresentando desempenho positivo, conforme pode ser constatado no Demonstrativo IV que contém os valores correspondentes ao triênio 2005 - 2007. Esta evolução apresenta uma taxa de crescimento de 8,78% em 2006 e 29,55% em 2007 quando é comparado com o exercício de 2005. Esse desempenho positivo deve-se aos seguintes fatores: As Variações Ativas foram superiores às Variações Passivas, apurando-se um resultado patrimonial ou econômico superavitário;

O resultado orçamentário positivo no montante de R\$ 310,2 milhões;

As Mutações Ativas Orçamentárias foram superiores as Mutações Passivas no montante de R\$ 764,7 milhões; Os acréscimos Patrimoniais foram inferiores, aos Decréscimos Patrimoniais, total de R\$ 372,1 milhões.

Analisando os principais itens de ativo e passivo que alteraram para mais ou menos o patrimônio líquido, entre o exercício de 2007 comparados com os dois anteriores, destacamos, no ativo financeiro: o disponível, excluindo o valor pertencente ao regime próprio de previdência, apresentou uma variação positiva na ordem de R\$ 274,3 milhões; assim como o estoque da dívida ativa que também cresceu, em valores nominais, na ordem de R\$ 78,6 milhões de 2006 para 2007; e o ativo permanente obteve variação positiva na ordem de 9% entre 2005 e 2006, e 15% entre 2005 e 2007. No passivo financeiro observa-se em 2007 um aumento na conta de restos a pagar processados, já em 2006 houve uma redução em comparação ao exercício de 2005.

No passivo não financeiro nota-se, no exercício de 2007, uma redução de 4,45% em comparação a 2006. Em 2006, ocorreu um acréscimo na ordem de R\$ 104,4 milhões no saldo da dívida fundada interna em relação ao ano de 2005, isso ocorreu devido

à entrada de recursos provenientes de operações de créditos em saneamento e habitação junto à Caixa Econômica Federal, e também da contratação de novos empréstimos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para construção de rodovias e hospitais.

No biênio 2006 - 2007, o saldo da dívida fundada interna apresentou um discreto crescimento de 0,67%, isso é explicado pela menor emissão de novos empréstimos no montante de R\$ 91 milhões, em comparação com a maior amortização de dívidas que totalizaram R\$ 106 milhões.

A dívida externa, no exercício de 2006, permaneceu com o saldo praticamente inalterado em relação a 2005, apesar das liberações de recursos com um novo financiamento para a construção de pontes, firmado com o MCC S.P.A - Capitalia Grupo Bancário e as parcelas liberadas na operação junto ao BID, totalizando um valor de R\$ 46 milhões. Em 2007, a dívida externa apresentou um decréscimo de 17,99%. Em ambos os exercícios, por tratar-se de dívidas dolarizadas, os cenários foram influenciados pela queda da taxa do dólar que em 2006 fechou o exercício no valor de R\$ 2,1308 e em 2007 no valor de R\$ 1,7713.

O saldo das obrigações legais e tributárias, na sua maioria, corresponde ao parcelamento de débito junto à Previdência Social e a Receita Federal (REFIS), referente a débitos assumidos pelo Governo do Estado e pelas empresas COHAB, CEASA, e PRODEPA, apresentaram um crescimento de 2005 para 2006 na ordem de 11% decorrente da inclusão de novos processos e da variação da TJLP ocorrida no exercício, taxa esta, que corrige a maior parte do saldo devedor. No exercício de 2007 este saldo sofreu um decréscimo, influenciado pela amortização da dívida e pela estabilização da TJLP que iniciou o ano em 6,5% e fechou em 6,25%.

O patrimônio líquido apresentou acréscimo no exercício de 2007 em relação aos exercícios de 2006 e 2006, devido, principalmente, à trajetória positiva do passivo não-financeiro que em 2007 reduziu em 4,45% em relação a 2006, e o ativo não-financeiro aumentou em valor nominal.

Na análise do patrimônio líquido do regime previdenciário estadual, o mesmo, apresentou a seguinte evolução:

. no exercício financeiro de 2006 em relação a 2005, verifica-se uma variação positiva de R\$ 170,3 milhões;

. no ano de 2007 em comparação com 2006, ocorreu um desempenho positivo de R\$ 136,3 milhões.

Esta evolução positiva do patrimônio líquido deste regime, refere-se especificamente a estabilização do sistema previdenciário do Estado. Neste triênio em análise, destacamos a criação em 2006 do Fundo Previdenciário do Estado do Pará - FUNPREV, vinculado ao IGPREV, este fundo foi criado com o objetivo de prover recursos para garantir os benefícios previstos pelo regime estadual aos servidores efetivos que ingressaram após 11/01/2002. É um fundo de natureza contábil, em regime financeiro de capitalização, onde os recursos arrecadados são provenientes da contribuição dos segurados e a patronal, sendo aplicados no mercado financeiro conforme resolução do Banco Central do Brasil.

O regime de capitalização empregado ao FUNPREV, aliado a projeção atuarial do sistema previdenciário, permitiram, no período em análise, um desempenho positivo do regime previdenciário administrativo pelo IGPREV, em seu patrimônio líquido.

ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2009

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2007	2006	2005
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS CORRENTES	222.821	189.122	130.632
Receitas de Contribuições	190.585	167.967	117.204
Pessoal Civil	169.341	144.892	105.025
Pessoal Militar	21.244	23.075	12.179
Receita Patrimonial	17.412	12.417	7.747
Receita de Serviços			
Outras receitas Correntes	14.824	8.738	5.681
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Demais Receitas Correntes	14.824	8.738	5.681
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	282.964	256.134	182.136